

A DIMENSÃO AMBIENTAL NO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA UNIVERSIDADE ESTADUAL

THE ENVIRONMENTAL DIMENSION IN THE EDUCATIONAL PROJECT OF ACCOUNTING SCIENCES COURSE AT A STATE UNIVERSITY

Gisele Aparecida Fidelis¹ – giselefidelis@yahoo.com.br
Eliane Picão da Silva Costa¹ – lilipcd@hotmail.com
Ana Lúcia Olivo Rosas Moreira¹ – alormoreira@gmail.com

1: Universidade Estadual de Maringá (UEM). Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática. Avenida Colombo, nº 5.790, Jd. Universitário, Maringá/PR, 87020-900, Brasil.

RESUMO

As conferências e encontros que, a partir da década de 1960, discutiram a temática ambiental produziram documentos orientadores para a promoção de um novo padrão de desenvolvimento econômico, voltado para a sustentabilidade. Nesse sentido, a legislação brasileira vigente dispõe que todos devem ter direito a um meio ambiente saudável e considera que a Educação Ambiental é um recurso para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, devendo ser promovida em todos os níveis de ensino. Nesses termos, o principal objetivo deste trabalho é discutir sobre a preocupação com as questões ambientais na formação de novos profissionais em cursos de graduação. A pesquisa foi realizada no curso de Ciências Contábeis de uma universidade estadual da região sul do Brasil. A metodologia utilizada foi a análise qualitativa do Projeto Político Pedagógico do curso e das respostas a um questionário aplicado aos acadêmicos matriculados no último ano do curso. A partir dos dados levantados e analisados, verificou-se a baixa preocupação com as questões ambientais na matriz curricular do curso de graduação pesquisado e na vida acadêmica e pessoal dos alunos. Assim, percebe-se que muitas ações ainda podem ser feitas para o desenvolvimento de práticas voltadas para a ética ambiental tanto em nível curricular como na prática docente e discente.

PALAVRAS-CHAVE: educação ambiental; ensino superior; currículo; ética ambiental.

ABSTRACT

Conferences and meetings, from the 1960s on, held to discuss environmental issues have produced guidance documents for the promotion of a new pattern of economic development, focused on sustainability. In this sense, the Brazilian legislation

advocates that everyone should have the right to a healthy environment, considers that environmental education is a resource for building a more just and sustainable society and, so must be promoted at all levels of education. Regarding this precept, the main objective of this paper is to discuss the concern with environmental issues in the training of new professionals in undergraduate courses. The survey was conducted in an Accounting Sciences Course of a state university of southern Brazil. The methodology used was a qualitative analysis of the Pedagogical Political Project of the course and of the answers to a questionnaire administered to students enrolled in the final year. From the data collected and analyzed, we have found a low concern for environmental issues in the curricular framework of the course researched as well as in students' academic and personal lives. Accordingly, it has been noticed that many actions can still be taken for the development of practices for environmental ethics, both in the curricular level and in terms of teaching and student practices.

KEYWORDS: *environmental education; higher education; curriculum; environmental ethics.*

INTRODUÇÃO

A importância nos tempos atuais de um conhecimento sobre as questões ambientais e das integrações que possam estabelecer com os demais campos de estudo, auxiliam na formação de indivíduos éticos e comprometidos com a melhoria do planeta. Esta condição vem sendo construída ao longo das décadas, na promoção de encontros internacionais e de políticas públicas ambientais.

Na década de 1960, a humanidade começou a se preocupar com a natureza e relacionar as questões sociais, políticas, ecológicas e econômicas com o uso racional dos recursos naturais. O marco dessa mudança de comportamento foi a criação do Clube de Roma, em 1968, o qual foi constituído por um grupo de trinta especialistas de diversas áreas e países, com o objetivo de promover a discussão do uso dos recursos naturais e o futuro da humanidade. Este grupo publicou em 1972, o relatório chamado *Os limites de crescimento*, que estabeleceu modelos para estimar como seria o futuro, caso o desenvolvimento econômico não fosse alterado (DIAS, 2004).

Ainda no ano de 1972, representantes de 113 países participaram da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, também denominada Conferência de Estocolmo, realizada na Suécia e decisiva para o surgimento de políticas para o gerenciamento do ambiente. Nesta ocasião, a preocupação com o meio ambiente foi introduzida na agenda mundial, constatando-se que o modelo de crescimento econômico tradicional poderia esgotar os recursos naturais do planeta (GADOTTI, 2002). Neste encontro, foi redigida a Declaração sobre o Ambiente Humano, que em uma de suas recomendações (nº 96) reconheceu "o desenvolvimento da Educação Ambiental como elemento crítico para o combate à crise ambiental" (DIAS, 2004: 79).

Posteriormente, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) promoveu em Belgrado, ex-Iugoslávia, no ano de 1975, o Encontro Internacional sobre Educação Ambiental. Naquele momento foi proposto que a Educação Ambiental “deveria ser contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais” (DIAS, 2004: 80).

De acordo com Dias (2004), o evento decisivo que direcionou a Educação Ambiental no mundo foi a Conferência de Tbilisi, realizada em 1977 na Geórgia (ex-URSS), sendo considerado um marco histórico para a evolução da Educação Ambiental.

Alguns anos mais tarde, em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento publicou o Relatório Brundtland intitulado *Nosso futuro comum*, o qual mostrou que os padrões de consumo da época eram incompatíveis com o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto de reuniões internacionais, a preocupação com as questões ambientais aparece na Constituição Brasileira de 1988, especificamente no Capítulo VI, Art. 225: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

No Rio de Janeiro, em 1992, foi realizada a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO-92 ou RIO-92. Neste encontro, dentre outros importantes documentos, foi produzida a Agenda 21, que constitui um plano de ação detalhado em relação ao meio ambiente e desenvolvimento, o qual tem como objetivo promover um novo padrão de desenvolvimento, tendo em vista a sustentabilidade e a integração dos aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais (GADOTTI, 2002; DIAS, 2004).

Segundo Gadotti (2002), paralelamente à RIO-92 ocorreu o Fórum Global 92, promovido por entidades da sociedade civil com a participação de representantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs). Nesta ocasião, foi elaborada a Carta da Terra, baseada em princípios e valores fundamentais, constituindo-se como um código de ética planetário.

Referindo-se especialmente à Educação Ambiental, a Constituição Brasileira (Cap. VI, Art. 225, § 1º, Inciso VI) diz que para assegurar a efetividade desse direito, o Poder Público deverá: “promover a educação ambiental em *todos os níveis de ensino* e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988, grifo nosso). Também, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/1996 – dispõe que todos têm direito a uma educação que prepare ao exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999):

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo,

essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

O artigo 2º da referida Lei, complementa a educação ambiental como “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em *todos os níveis* e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999, grifo nosso). Nesse sentido, entende-se que a Educação Ambiental deve estar presente também no Ensino Superior. Ainda na mesma lei, Art. 10, § 3º consta que: “Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas” (BRASIL, 1999).

Historicamente, a Educação Superior surge como um domínio estratégico de educação, pelo fato de formar profissionais que serão dirigentes, decisores ou formadores de opinião. A sensibilidade ambiental que estes indivíduos tiverem desenvolvido nos cursos de graduação se refletirá nas decisões menos ou mais agressoras ao meio ambiente (SILVA, 2007). Nesse aspecto, a universidade tem um papel importante na formação ambiental de profissionais e torna-se necessário incorporar a dimensão ambiental nos seus objetivos, conteúdos, metodologias e nas próprias carreiras que está formando (ARAÚJO, 2004).

A Educação Ambiental tem como premissa a necessidade de ampliar o desenvolvimento de valores éticos e de novas posturas e atitudes para tornar o ser humano cidadão. De acordo com Taglieber (2007), a cidadania não se refere apenas a qualquer ser humano, mas de indivíduos ambientalizados por entenderem que estão inseridos no meio ambiente e estão reenquadrados nas leis da natureza.

Assim, a Educação Ambiental é importante na ressignificação de valores éticos, na transformação de atitudes, no desenvolvimento de uma nova consciência com relação ao meio ambiente. Portanto, a EA pode ser uma das propostas da humanidade para buscar a sustentabilidade da Vida sobre a Terra (TAGLIEBER, 2007: 75).

Nesse sentido, Dias (2004) apresenta três finalidades da Educação Ambiental:

1. Promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, social, política e ecológica;
2. Proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores e as atitudes necessárias para protegerem e melhorarem o meio ambiente;
3. Induzir novas formas de conduta a respeito do meio ambiente.

O autor também elenca os princípios básicos da Educação Ambiental e entre eles, destaca-se no contexto desta pesquisa, a sua forma de aplicação como um processo contínuo e permanente, através de todas as fases do ensino formal e não formal. Deve também qualificar ao exercício da cidadania, buscando através da formação, uma base conceitual que seja abrangente, técnica e culturalmente capaz de permitir a superação dos obstáculos à utilização sustentada do meio.

Nessa perspectiva, a Educação Ambiental deve buscar uma proposta holística de ação, que relacione o homem, a natureza e o universo, considerando que os recursos naturais se esgotam e que o homem é o principal responsável pela sua degradação (JACOBI, 2003). Contudo, é comum o discurso que reflete a relação entre o homem e a natureza, como se fossem inimigos e não pudessem sobreviver sem causar danos ao outro (CHARLOT e SILVA, 2005).

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo diagnosticar a presença da dimensão ambiental em um curso de graduação de uma Universidade Estadual da região sul do Brasil e verificar o posicionamento dos acadêmicos com relação às questões ambientais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi desenvolvido no ano de 2012 e fez parte da disciplina "Educação Ambiental e Política Nacional para o Meio Ambiente", ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática da Universidade Estadual de Maringá. A metodologia seguiu os pressupostos teóricos da pesquisa qualitativa, a qual segundo Strauss e Corbin (2008) permite produzir resultados que não podem ser alcançados por métodos quantificáveis, e sua análise é realizada por meio de processo interpretativo. Os dados foram constituídos, a partir da utilização de questões ambientais na formação inicial quanto à matriz curricular, atividades acadêmicas extra-curriculares e práxis cotidiana dos acadêmicos.

O campo de pesquisa escolhido para a investigação da temática ambiental foi o curso de graduação em Ciências Contábeis, o qual faz parte do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual pesquisada. Aparentemente, o curso escolhido não necessita apresentar relação com a problemática ambiental. Entretanto, a razão que determinou a escolha do referido curso esteve pautada na importância em compreender a postura dos acadêmicos, frente às questões ambientais, uma vez que configuram futuros profissionais que atuarão no mercado de trabalho e potenciais cidadãos formadores de opinião na sociedade.

O documento analisado foi o Projeto Político Pedagógico de Curso (PPP), disponível na página eletrônica da instituição de ensino pesquisada. O foco da investigação foi a análise das ementas, dos objetivos e dos programas de cada componente curricular da matriz do curso investigado.

Além disso, foi aplicado um questionário contendo seis perguntas referentes ao conhecimento e a prática de atividades relacionadas à Educação Ambiental. Os sujeitos investigados foram os acadêmicos do último semestre (4º ano) do período noturno, perfazendo uma amostra de 12 alunos. As informações coletadas foram analisadas qualitativamente e, de maneira complementar, realizada uma análise quantitativa dos dados obtidos pelos questionários, utilizando-se a percentagem para a comparação de frequências, de acordo com o descrito em Marconi e Lakatos (2006).

Minayo (2012) considera que uma análise quantitativa deve predominar a diversidade da lógica dos atores e não apenas as suas falas. Assim, a compreensão e interpretação dos resultados permeia a ação do autor no desenvolvimento de sua crítica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do Projeto Político Pedagógico de Curso de Ciências Contábeis (UEM, 2012) evidencia que o objetivo/perfil do profissional a ser formado seguirá os seguintes pressupostos:

[...] o profissional egresso terá formação voltada para a solução de problemas, com uma visão direcionada e com qualidade de investigação, de raciocínio estratégico e sistêmico, embasada na incorporação de valores sociais, profissionais e multidisciplinares. O egresso será capaz de atuar como agente de mudança no ambiente organizacional, de perceber e integrar-se ao desenvolvimento social, político, econômico e cultural regional, de interagir e contribuir com a esfera mundial de administração e negócios, mantendo uma postura ética, o respeito à Natureza e um comportamento cidadão como subsídios ao processo de tomada de decisão, tanto no âmbito empresarial quanto no governamental (UEM, 2012).

A missão do curso consiste em formar bacharéis em Ciências Contábeis capazes em contribuir para a melhoria da sociedade. A respeito dos objetivos específicos, destacam-se dois tópicos que se referem às contribuições que o egresso poderá exercer na sociedade. Um deles consiste em preparar o acadêmico para atuar com ética e responsabilidade social, de forma que possa contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa. O segundo objetivo destaca a importância de desenvolver o senso crítico do aluno, a fim de que possa ser agente transformador na sociedade. Portanto, entre outras atribuições, fica evidente que o currículo do curso de Ciências Contábeis aborda elementos referentes à ética, a responsabilidade social, o respeito à natureza e com a cidadania.

Nestes termos, a integração do curso com a Educação Ambiental possibilita a ampliação do auxílio na construção de uma cidadania local e planetária, a partir da formação de uma consciência crítica das relações sociais e com a natureza. Promove, ainda, o significado de pertencimento a uma sociedade, tendo como foco o respeito à vida, o direito e o compromisso individual e coletivo com a produção de uma vida qualificada e sustentável (LOUREIRO, 2008).

Nas atribuições do perfil do egresso, não foi encontrado nenhum item que se refira às preocupações ambientais, que por sua vez é de eminente necessidade a todo profissional atuante na sociedade atual. Entretanto, o último tópico se refere à habilidade de trabalhar em equipe multidisciplinar e por isso, acredita-se que o egresso tenha capacidade de participar das discussões pertinentes à realidade, inclusive da resolução de problemas que envolvam questões ambientais.

A DIMENSÃO AMBIENTAL NO PROJETO PEDAGÓGICO...

No âmbito do componente curricular, foi verificado que o Projeto Pedagógico contempla de forma implícita a temática ambiental em duas disciplinas. Uma delas é chamada Contabilidade de Agronegócios, ofertada no terceiro ano, com carga horária anual de 68 horas/aula. A ementa desta disciplina versa sobre conceitos e técnicas contábeis aplicáveis na geração de informações relativas às atividades do agronegócio e apresenta como objetivo "Oportunizar aos alunos conhecimentos teóricos e práticos relacionados ao agronegócio, enfatizando a geração e utilização da informação contábil na gestão de empreendimentos rurais". A outra disciplina é intitulada Ética Profissional em Contabilidade, ministrada no quarto ano, com carga horária anual de 68 horas/aula. A ementa apresenta os conteúdos: ética, valores morais e os preceitos do código de ética da profissão contábil. Apresenta como objetivos "Propiciar conhecimentos sobre ética, valores morais e preceitos éticos da profissão contábil, contribuindo assim para a interação do profissional com a sociedade". Nesse contexto, percebe-se que a dimensão ambiental está presente no currículo do curso de Ciências Contábeis, ainda que seja de forma breve e implícita (UEM, 2012). Guimarães (2011) considera a necessidade de uma compreensão integrada e complexa da realidade ao processo de transformação da relação da sociedade com a natureza. Assim, a complementação das diversas áreas de conhecimento, inclusive às questões relacionadas às Ciências Contábeis, contribui ao reconhecimento dos problemas ambientais e à construção da sustentabilidade.

Com relação ao questionário aplicado aos acadêmicos, as respostas de cinco questões foram agrupadas em percentagem, apresentadas na Tabela 1 e discutidas ao longo do texto.

TABELA 1 – Afirmações presentes no questionário

Questões	Sim	Não
1. No seu curso de graduação houve alguma(s) disciplina(s) que tenha discutido a educação ambiental de forma sistemática?	8,3%	91,7%
2. Você conhece algum projeto ou atividade de Educação Ambiental desenvolvido pelo seu curso?	0%	100%
3. Você participa de algum projeto ou atividade de Educação Ambiental?	0%	100%
4. Você desenvolve alguma atividade relacionada a questões ambientais?	41,7%	58,3%
5. Você conhece alguma política ou legislação relacionada ao meio ambiente?	50%	50%

Fonte: autores

Na primeira questão, 91,7% dos alunos disseram que não foram contemplados com alguma disciplina no curso, que tivesse discutido a Educação Ambiental de forma sistemática e 8,3% afirmou que a disciplina Ética abordou tal temática. Este dado revela que apenas uma pequena parcela dos acadêmicos relacionou a disciplina Ética Profissional em Contabilidade com as questões ambientais, revelando que provavelmente, ela não vem sendo trabalhada de forma sistematizada e que permita despertar a relação profissional com as questões ambientais. Além disso, a disciplina Contabilidade de Agronegócios não foi citada nas respostas, mesmo apresentando o potencial de abordar a preocupação com os recursos naturais, como foi discutido anteriormente na análise do Projeto Político Pedagógico do curso.

A totalidade dos entrevistados (12 alunos) relatou não conhecer algum projeto ou atividade de Educação Ambiental desenvolvido pelo curso, e todos alegaram, ainda, não participar de atividades relacionadas ao tema, como apresentado pelas questões 2 e 3, respectivamente (Tabela 1). Isso evidencia que os futuros profissionais não estão envolvidos em práticas sociais e ambientais que desenvolvam valores éticos e a construção da cidadania. Cabe ressaltar que o capítulo 36 da Agenda 21 considera que o dever do ensino, em todos os níveis e modalidades, é de conferir a consciência ambiental e ética, assim como promover a prática de valores e atitudes (CNUMAD, 2001).

Na questão 4: "Você desenvolve no seu cotidiano alguma atividade relacionada às questões ambientais?" 58,3% disseram que não e 41,7% disseram que sim e afirmaram realizar a separação do lixo reciclável. Esta atitude sustentável presente na rotina diária relacionada aos resíduos sólidos indica que esta temática é uma das questões de maior desafio na atualidade, a partir da consciência do consumo desenfreado e em consequência da utilização de recursos naturais na produção de materiais, da necessidade de seu descarte adequado e da contribuição para o aumento de lixo, chegando a causar um *caos planetário* (MACHADO e CASADEI, 2007, grifo do autor).

Referente à quinta pergunta, quando se questionou se eles tinham conhecimento de alguma política ou legislação relacionada ao meio ambiente, foi obtido exatamente 50% para a afirmação positiva e 50% para a afirmação negativa. Entre as respostas afirmativas, os acadêmicos citaram a política de reciclagem, o Protocolo de Kyoto e o Plano de Gerenciamento de Resíduos. Entretanto, nota-se que as respostas são breves e representam um recorte de assuntos veiculados pela mídia, mostrando que os acadêmicos apresentam um conhecimento incipiente sobre o tema.

Na sexta questão, pediu-se para que os alunos marcassem as alternativas numa escala de 0 (zero) a 5 (cinco), onde o 0 (zero) representava nenhuma e o 5 (cinco) representava muita preocupação relacionada aos seguintes temas: lixo, água, ar, descartes industriais, flora, fauna, energia, solo, ser humano e outros (Tabela 2).

TABELA 2 – Percentagem das respostas de acordo com o nível de preocupação (0 a 5) com os temas ambientais

Tema	0	1	2	3	4	5
Lixo	-	-	-	50%	8,3%	33,3%
Água	-	-	8,3%	8,3%	8,3%	66,7%
Ar	-	8,3%	8,3%	16,7%	25%	33,3%
Descartes industriais		8,3%	16,7%	25%	25%	16,7%
Flora	8,3%	-	-	66,7%	8,3%	8,3%
Fauna	8,3%	-	-	33,3%	33,3%	16,7%
Energia	-	-	33,3%	25%	33,3%	16,7%
Solo	-	-	16,7%	41,7%	33,3%	8,3%
Ser humano	-	-	16,7%	8,3%	25%	41,7%
Outros – Quais?	-	-	-	-	-	8,3%

Fonte: autores

Quando questionados sobre tais preocupações, as respostas obtidas foram heterogêneas. Os níveis elencados abrangiam de 0 a 5, sendo o nível 0 referente à menor preocupação com o meio ambiente e o nível 5 o de maior preocupação. Verificou-se que 50% dos indivíduos desta pesquisa considera o lixo com o nível 3 de preocupação, mostrando um interesse mediano com relação aos resíduos gerados pela sociedade. Esse percentual expressivo nos mostra que os acadêmicos estão de certa forma, atentos com a geração e destinação do lixo. Contudo, esta postura pode revelar uma preocupação voltada para o próprio bem estar humano, já que o lixo configura um problema de saúde pública.

O maior nível de preocupação (nível 5) agrupa um percentual expressivo de acadêmicos que elegeram o tema “água” (66,7%) e também o item “ser humano” (41,7%). Por outro lado, a respeito da flora e do solo, apenas 8,3% consideraram ambos os temas relevantes. A preocupação excessiva com os fatores “água” e “ser humano” evidencia a postura antropocêntrica dos acadêmicos. De acordo com Guimarães (1995: 13) “[...] o ser humano está colocado como centro e todas as outras partes que compõem o ambiente estão a seu dispor, sem se aperceber das relações de interdependência entre os elementos existentes no meio ambiente”. Já os elementos que compõem a flora e o solo parecem não ser relevantes para o bem estar humano, tampouco pela manutenção do equilíbrio ambiental.

Diante do exposto, para Sorrentino (1995) seria desejável estabelecer uma política universitária sobre a questão ambiental, com o objetivo de consolidar estratégias que além de interferir na organização acadêmica e nos currículos, também possam contribuir para mudanças cotidianas nas relações de ensino-aprendizagem, nas relações com a sociedade, nas pesquisas e, acima de tudo, nos valores individuais e

A DIMENSÃO AMBIENTAL NO PROJETO PEDAGÓGICO...

coletivos, capacitando-os ao trabalho interdisciplinar, interativo, crítico, holístico e voltado à solução de problemas.

Nesse sentido, uma proposta de Educação Ambiental nos cursos de graduação é a integração entre ensino, pesquisa e extensão em busca do trabalho interdisciplinar e que considere as dimensões acadêmicas, sociais e históricas dos sujeitos envolvidos (TOZZONI-REIS, 2001). De maneira análoga, o enfoque holístico é considerado como uma solução para os trabalhos voltados à Educação Ambiental e, caracteriza-se por integrar os seres humanos na Natureza, em busca de amenizar os problemas gerados pela crise ambiental (GRÜN, 2005).

Para Tozzoni-Reis (2001: 42) a Educação Ambiental é uma atividade intencional da prática social, "que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, com o objetivo de potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental".

Dessa forma, uma das funções da Educação Ambiental é proporcionar que os sujeitos sejam capazes de promover ações transformadoras e responsáveis no ambiente em que vivem. Nesse sentido, é papel de todas as formas e níveis de educação oferecer condições para que o cidadão seja responsável e crítico frente aos desafios ambientais que a sociedade atual e futura enfrentará.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que as questões ambientais têm se tornado cada vez mais recorrentes em todos os setores da sociedade em que vivemos. Entretanto, a presente pesquisa evidencia que ainda, muito pode ser feito ao desenvolvimento de práticas voltadas para a ética e a atitude ambiental, tanto a nível curricular como pela ação docente e discente, inclusive na Educação Superior. Aliás, estudos que analisam os diversos cursos de graduação a respeito do compromisso ambiental ainda, não são expressivos, perfazendo um campo de pesquisa promissor e relevante a fim de levantar discussões sobre a formação de futuros profissionais que estarão atuando na sociedade.

De acordo com os resultados obtidos, a dimensão ambiental está contemplada de maneira implícita no Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Contábeis da universidade estudada. Entretanto, uma parte expressiva dos acadêmicos pesquisados não percebe o comprometimento do curso com as questões ambientais em suas disciplinas. O perfil das respostas dos estudantes revela o conhecimento superficial sobre o tema e prevalece a concepção de que a natureza deve ser preservada, especialmente para atender as necessidades humanas. Nesse contexto, a ideia de homem sendo o detentor e dominador da natureza permanece arraigada nas mentes que compõem a sociedade, e segundo Grün (2007: 23) "uma das principais causas da degradação ambiental tem sido identificada no fato de vivermos sob a égide de uma ética antropocêntrica".

Nesse sentido, contemplar a Educação Ambiental no currículo escolar, em especial na Educação Superior consiste em uma abordagem estratégica para repensar práticas sociais. Na realidade atual, observa-se a necessidade que os alunos, em todos os níveis de ensino, adquiram uma base adequada de compreensão do meio ambiente de uma forma holística, da relação entre problemas e soluções e da importância da responsabilidade de cada um para a busca de um ambiente equilibrado e sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. I. O. A universidade e a formação de professores para a educação ambiental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*. n. 0, p. 71-78, 2004.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Lei nº 9394/96. Brasília: DF, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, 1988.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Brasília: DF, 1999.

CHARLOT, B.; SILVA, V. A. Relação com a natureza e educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Org.). *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CNUMAD. Conferência das nações unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992. Agenda 21. Curitiba: IPARDES, 2001.

DIAS, G. F. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. 6.ed. São Paulo: Gaia, 2004.

GADOTTI, M. Agenda 21 e a carta da terra. 2002. Disponível em: <http://www.cartadaterra.com.br/pdf/Agenda21_CT2002.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

GRÜN, M. *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

GRÜN, M. O conceito de holismo em ética ambiental e educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Org.). *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GUIMARÃES, M. *A dimensão ambiental na educação*. Campinas, SP: Papirus, 1995. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

GUIMARÃES, M. Armadilha paradigmática na educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Orgs.). *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

A DIMENSÃO AMBIENTAL NO PROJETO PEDAGÓGICO...

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Orgs.). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MACHADO, N. J.; CASADEI, S. R. Seis razões para diminuir o lixo no mundo. São Paulo: Escrituras, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVA, A. D. V. Sustentabilidade no ensino superior: a emergência de uma universidade responsável. In: GUERRA, A. F. S.; TAGLIEBER, J. E. (Org.). Educação Ambiental: fundamentos, práticas e desafios. Itajaí: UNIVALI, 2007. p. 143-161. (Coleção plurais educacionais, 5).

SORRENTINO, M. Educação ambiental e universidade: um estudo de caso. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TAGLIEBER, J. E. Uma Pedagogia para a Dimensão Ambiental na Educação. In: GUERRA, A. F. S.; TAGLIEBER, J. E. (Org.). Educação Ambiental: fundamentos, práticas e desafios. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007. (Coleção plurais educacionais, 5).

TOZZONI-REIS, M. F. C. Educação Ambiental: referências teóricas no ensino superior. Interface - Comunic, Saúde, Educ, v. 5, n. 9, p. 33-50, 2001.

UEM. Projeto político pedagógico do curso de ciências contábeis. Disponível em: <<http://www.pen.uem.br/html/pen/graduacao/cursos/cont.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2012.